

CIDADANIA DIGITAL NA ESCOLA DIANTE DOS RISCOS E RESPONSABILIDADES NO USO DA TECNOLOGIA

Maria Lúcia Lima Diógenes Teixeira¹

Alessandra Reis da Silveira Borges²

Carolina Santin Calçada³

Denize Gonçalves Duarte Lopes⁴

Giuliani Câmara dos Santos⁵

Heloisa Jacintho de Abreu Conrado⁶

Lorena dos Santos Mulatti⁷

Luciana Marques Fontes⁸

RESUMO: Esta pesquisa analisa a cidadania digital como dimensão formativa fundamental no ambiente escolar, considerando os riscos e responsabilidades envolvidos no uso das tecnologias por crianças e adolescentes. A partir de uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica, investiga-se como os espaços escolares podem promover a convivência ética nas redes, o uso crítico da informação e o protagonismo estudantil nos ambientes digitais. São discutidas as vulnerabilidades que atravessam o cotidiano escolar, como cyberbullying, desinformação e exposição de dados, e também as possibilidades de mediação pedagógica comprometida com a construção coletiva de competências digitais. A análise aponta que a cidadania digital, quando tratada de forma transversal, pode potencializar a escuta, a empatia e o exercício responsável da liberdade de expressão no ambiente online. Conclui-se que a escola tem a responsabilidade de assumir a mediação do universo digital como parte indissociável da formação humana de seus estudantes.

2064

Palavras-chave: Cidadania Digital. Ética Digital. Mediação Pedagógica. Educação E Tecnologia. Protagonismo Juvenil.

ABSTRACT: This research analyzes digital citizenship as a fundamental formative dimension within the school environment, considering the risks and responsibilities involved in students' use of technology. Based on a qualitative approach and literature review, the study explores how schools can foster ethical coexistence in digital networks, critical use of information, and student protagonism in online contexts. The discussion addresses vulnerabilities such as cyberbullying, misinformation, and data exposure, while also highlighting pedagogical strategies to develop collective digital competencies. The findings indicate that digital citizenship, when approached transversally, enhances empathy, critical reflection, and responsible expression. It concludes that schools must embrace digital culture mediation as an essential component of student development.

Keywords: Digital Citizenship. Digital Ethics. Pedagogical Mediation. Education And Technology. Youth Protagonism.

¹Doutoranda em Estudos Políticos e Humanitários Universidade Fernando Pessoa (UFP).

²Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

³Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁴Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁵Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁶Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁷Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁸Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

I INTRODUÇÃO

A presença constante da tecnologia digital na vida cotidiana transforma profundamente as relações humanas, os modos de aprender e as formas de exercer a cidadania. No contexto escolar, essa realidade se intensifica, exigindo não apenas acesso aos dispositivos e plataformas, mas, sobretudo, um processo formativo que permita aos estudantes compreenderem seus direitos, limites e deveres nos ambientes digitais. A cidadania digital se apresenta como uma dimensão imprescindível da formação escolar contemporânea, uma vez que envolve a convivência ética nas redes, o uso responsável da informação e o posicionamento crítico diante dos conteúdos e práticas disseminados online.

A ampliação do uso de tecnologias por crianças e adolescentes sem acompanhamento pedagógico adequado potencializa riscos relacionados à exposição de dados, cyberbullying, consumo acrítico de informações e desrespeito à integridade de outros usuários. Ao mesmo tempo, revela oportunidades para a escola refletir com os estudantes sobre sua atuação no ambiente virtual, as consequências de suas ações e as possibilidades de participação democrática e construção coletiva de saberes. Como destacam Almeida e Silveira (s.d.), compreender os riscos digitais é o primeiro passo para construir práticas educativas que promovam o uso consciente e socialmente comprometido das tecnologias.

2065

A escola, enquanto espaço de formação humana, precisa desenvolver estratégias que promovam a reflexão ética sobre o uso da tecnologia e incentivem a autonomia responsável dos estudantes. Isso implica incluir no currículo temas como privacidade digital, direitos autorais, reputação online, discursos de ódio e os efeitos das redes sociais sobre a subjetividade e a convivência. Para Bezerra e Lima (2019, p. 3), “a mediação das tecnologias no ambiente escolar deve ir além do uso instrumental e avançar para a formação crítica e consciente do estudante diante do mundo digital”.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como a cidadania digital pode ser abordada na escola frente aos riscos e às responsabilidades do uso das tecnologias. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica conforme indicam Gil (2017) e Almeida (2021), com ênfase na análise de produções acadêmicas e diretrizes que tratam das práticas escolares em tempos de conectividade. A investigação está ancorada, ainda, em Siena et al. (2024), cuja abordagem compreende a mediação tecnológica como parte constitutiva dos processos de formação na contemporaneidade.

Ao entender que o universo digital não se resume a ferramentas, mas implica uma nova cultura, valores e modos de estar no mundo, a escola precisa assumir seu lugar como instância promotora de reflexão, cuidado e ação transformadora. Educar para a cidadania digital é reconhecer que os sujeitos não são apenas consumidores de tecnologia, mas agentes ativos em redes complexas que influenciam suas trajetórias, sua autoestima e suas relações com o outro.

2 Riscos e vulnerabilidades digitais no ambiente escolar

A utilização intensa de dispositivos móveis, redes sociais e plataformas digitais por parte dos estudantes gera múltiplas possibilidades de aprendizagem, mas também apresenta riscos que precisam ser compreendidos e discutidos no espaço escolar. A exposição indevida de imagens, o compartilhamento de informações falsas, a violência verbal e o isolamento digital são manifestações recorrentes que atravessam a experiência de crianças e adolescentes no universo online. Esses eventos não ocorrem fora da escola — eles a atravessam, desafiando educadores e gestores a assumirem uma postura pedagógica frente a esses fenômenos.

A vulnerabilidade digital não está relacionada apenas à falta de infraestrutura, mas também à ausência de repertório crítico para lidar com os conteúdos consumidos e compartilhados em ambientes digitais. Para Moraes (s.d.), a mediação pedagógica do uso da tecnologia deve considerar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais que envolvem o estudante no ambiente online. A negligência em relação à orientação ética nas redes acaba por fragilizar os vínculos escolares e afetar o bem-estar dos sujeitos envolvidos.

Muitos estudantes acessam conteúdos violentos, discriminatórios ou desinformativos sem mediação ou compreensão do impacto que esses materiais podem ter sobre suas crenças, atitudes e relações. O uso irrestrito da tecnologia, quando não acompanhado de políticas de cuidado e orientação, abre espaço para comportamentos excludentes, cyberbullying e reprodução de preconceitos. Santos e Lopes (2016, p. 4) apontam que “a ação docente diante das tecnologias deve considerar as múltiplas formas de socialização e as novas formas de violência simbólica presentes nas práticas digitais”.

Ao reconhecer esses riscos, a escola não pode se limitar a proibir ou punir, mas precisa acolher, investigar e trabalhar esses conflitos em projetos pedagógicos que articulem escuta, reflexão e ação. Isso implica desenvolver propostas interdisciplinares e colaborativas que envolvam professores, estudantes, famílias e a comunidade escolar. A cidadania digital exige

uma abordagem formativa, dialógica e comprometida com a construção de um ambiente de respeito mútuo, solidariedade e justiça.

2.1 Cidadania digital como prática educativa transversal

A abordagem da cidadania digital não pode ser limitada a um conteúdo isolado, a uma sequência de aulas pontuais ou a campanhas eventuais promovidas pela escola. Trata-se de um campo formativo que atravessa o currículo, a convivência e a cultura institucional como um todo. Reduzir a cidadania digital à disciplina de informática ou às aulas de ética seria negligenciar sua complexidade e ignorar sua dimensão estruturante para a educação no século XXI. Como afirmam Silva e Neves (s.d.), é necessário criar experiências de aprendizagem em que a escuta ativa, a produção colaborativa e o protagonismo juvenil estejam no centro das interações mediadas pelas tecnologias.

A transversalidade da cidadania digital implica incluir o debate sobre o uso consciente das redes em práticas de leitura, produção textual, projetos interdisciplinares, rodas de conversa e momentos de decisão coletiva. Questões como exposição nas mídias, direitos autorais, veracidade das fontes e respeito à diversidade são problemas reais enfrentados por crianças e adolescentes todos os dias, e precisam ser tratados com seriedade, cuidado e persistência pela

2067

escola. Para Almeida e Silveira (s.d.), a compreensão da cultura digital exige articulação entre aspectos políticos, afetivos, econômicos e simbólicos — ou seja, exige um currículo vivo, sensível e conectado com o cotidiano.

A promoção de projetos educativos que envolvam produção de podcasts, campanhas virtuais de combate à desinformação, criação de canais de comunicação entre turmas e debates mediados por plataformas colaborativas pode contribuir para a internalização das práticas cidadãs digitais. Quando o estudante se vê como sujeito de expressão e corresponsável pelos espaços digitais que ocupa, passa a construir sua identidade também de forma mais crítica, empática e autônoma. A escola, portanto, precisa se abrir a essas experiências, assumindo riscos pedagógicos coerentes com a formação que deseja construir.

apoio, o risco é que a escola apenas reaja a conflitos em vez de antecipá-los por meio de processos educativos reflexivos e estruturantes.

O compromisso com a cidadania digital não se realiza com cartilhas prontas nem com eventos isolados. Trata-se de um trabalho contínuo de construção cultural e curricular que requer disponibilidade institucional, escuta intergeracional e disposição para colocar os estudantes no centro das decisões e das transformações necessárias para que a escola se mantenha viva no tempo em que vivemos.

2.2 Participação juvenil e responsabilidade nas redes

Reconhecer a cidadania digital como direito formativo dos estudantes é também admitir que eles não são meros usuários das redes, mas produtores de conteúdo, construtores de opinião e sujeitos políticos capazes de intervir no mundo que habitam. O envolvimento de adolescentes em movimentos sociais, projetos de mobilização e debates públicos mediados por tecnologias revela que as redes são, também, espaços de afirmação de identidades, de reivindicação de direitos e de reinvenção das linguagens políticas. Para Bezerra e Lima (2019), a escola não pode ignorar essas potências juvenis, mas precisa acolhê-las e integrá-las como parte das experiências pedagógicas.

2068

Valorizar a participação dos estudantes no ambiente digital implica ajudá-los a compreender as diferenças entre liberdade de expressão e discurso ofensivo, entre engajamento crítico e desinformação, entre influência e manipulação. É nesse ponto que a mediação docente torna-se fundamental para ajudar os jovens a reconhecerem o impacto de suas ações sobre os outros e sobre si mesmos. Como destaca Siena et al. (2024), a cultura digital exige que a escola abandone o modelo transmissivo e construa espaços em que as juventudes possam protagonizar projetos, ocupar linguagens e reivindicar sentido.

Iniciativas como grêmios online, canais escolares em redes sociais, clubes de mídia crítica, podcasts estudantis e fóruns de escuta ativa podem servir como dispositivos pedagógicos que promovem a autorregulação, o senso de pertencimento e a consciência ética no uso das tecnologias. Mais do que acessar plataformas, trata-se de aprender a agir com responsabilidade, posicionar-se diante de temas controversos e estabelecer conexões solidárias com diferentes coletivos e formas de existência. Esse processo de maturação digital precisa ser vivenciado com acompanhamento, tempo e confiança no potencial formativo das juventudes.

No entanto, essa construção ética e participativa da cidadania digital não é espontânea nem homogênea. Requer investimento em processos educativos que valorizem a diversidade de trajetórias, a escuta ativa das dores e das potências juvenis, bem como o reconhecimento das redes como territórios vivos onde se manifestam afetos, conflitos, solidariedades e formas de violência. Por isso, a escola precisa enfrentar o desafio de trabalhar com as redes sem se submeter a elas — formando sujeitos que compreendam suas lógicas e saibam tensioná-las com criticidade e empatia.

Quando os jovens compreendem que sua presença nas redes pode gerar impacto positivo, fortalecer comunidades e inspirar mudanças, passam a experimentar o digital como lugar de responsabilidade e não apenas de entretenimento. É essa virada que a escola pode e deve estimular — não apenas com normativas, mas com práticas de escuta, diálogo e coparticipação efetiva no projeto político-pedagógico do tempo presente.

2.3 Mediação docente e construção coletiva de competências digitais

A presença qualificada da cidadania digital na escola exige que o professor atue como mediador de processos que envolvem tanto o conhecimento quanto a formação ética dos estudantes. Essa mediação não se resume a controlar o uso dos celulares ou organizar a sala de informática, mas consiste em sustentar práticas educativas que favoreçam a autonomia crítica, a escuta, o cuidado com o outro e o uso consciente da informação. Como aponta Moraes (s.d.), o docente que comprehende as tecnologias como linguagem educativa atua não apenas como transmissor de conteúdos, mas como parceiro na leitura e reescrita do mundo digital.

Medir o impacto da mediação docente nas competências digitais dos estudantes não se faz apenas pelo domínio técnico das plataformas, mas pela qualidade das interações, das perguntas provocadas, das tensões assumidas em sala de aula. Um professor que propõe debates sobre os algoritmos das redes sociais, que questiona as bolhas de informação ou que estimula a produção autoral dos estudantes está contribuindo diretamente para a formação de sujeitos conscientes e capazes de navegar com responsabilidade pelos ambientes digitais. Para Santos e Lopes (2016), a atuação ética do educador diante das tecnologias inspira nos estudantes uma atitude mais crítica e cuidadosa com os outros e com o espaço comum.

A construção dessas competências se dá por meio de atividades que envolvam pesquisa, curadoria de informações, produção multimodal e discussões sobre os impactos sociais e políticos das práticas digitais. Trabalhos em grupo mediados por documentos colaborativos,

vídeos, campanhas de conscientização e investigações orientadas sobre temas emergentes são algumas das possibilidades que conectam currículo, cidadania e cultura digital. Quando o estudante comprehende que sua produção é válida, que sua escuta é bem-vinda e que sua ação digital tem consequências, passa a se relacionar com a tecnologia de modo mais ético e reflexivo.

Mas para que essa mediação aconteça de maneira constante e significativa, os docentes precisam de suporte — não apenas técnico, mas pedagógico, institucional e emocional. Muitos enfrentam sobrecarga de trabalho, ausência de formação continuada e estruturas escolares que não favorecem a inovação didática. Assim, políticas educacionais que garantam tempo de planejamento, acesso a redes formativas e valorização do trabalho docente são indispensáveis para que a cidadania digital não fique restrita ao discurso.

Cultivar uma escola onde a cidadania digital seja vivida como prática cotidiana exige confiança mútua, articulação entre os sujeitos escolares e compromisso coletivo com a formação de estudantes que saibam conviver, criar e transformar a realidade a partir de escolhas conscientes também no universo virtual.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania digital, quando tratada como dimensão formativa da escola, amplia o 2070 sentido da educação e fortalece o compromisso com a convivência ética no ambiente virtual. Em vez de entender a tecnologia como ameaça ou solução pronta, é preciso reconhecê-la como campo de disputa simbólica e formativa que exige posicionamento pedagógico claro, contínuo e corresponsável. A escola, nesse contexto, não apenas responde aos riscos digitais, mas os transforma em oportunidades de reflexão crítica, elaboração coletiva e criação de práticas educativas mais justas e conscientes.

A construção da cidadania digital no cotidiano escolar exige o envolvimento de todos os sujeitos da comunidade educativa, o reconhecimento dos estudantes como protagonistas da cultura digital e o compromisso dos docentes com uma mediação ética e criativa. Para que isso ocorra, é imprescindível que as políticas públicas garantam formação docente, infraestrutura adequada e tempo pedagógico para que a cidadania digital seja vivida como prática cotidiana e não apenas discurso institucional. É nesse horizonte que se delineia uma escola verdadeiramente conectada com seu tempo e com seus compromissos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. J. de, & Silveira, M. A. (s.d.). Educação, práticas digitais e novos riscos em rede. *Anais do Workshop sobre Inclusão Digital* (WIE). Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wie/article/view/22363/22187>
- Almeida, I. D. (2021). *Metodologia do Trabalho Científico*. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); SPREAD.
- BEZERRA, A. M., & Lima, L. R. de. (2019). A importância do uso das tecnologias em sala de aula como mediadora no processo de ensino-aprendizagem. *Anais do Congresso Nacional de Educação – CONEDU*. Disponível em:
- https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MDI_S_A19_ID1004_25092019073744.pdf
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6. ed.). Grupo Editorial Nacional (GEN).
- Moraes, A. F. (s.d.). O uso da tecnologia em sala de aula para fins pedagógicos. *Revista Monumenta, Unibf*. Disponível em:
- <https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/14/10>
- Santos, G. D. R., & Lopes, E. M. S. (2016). Tecnologia e Educação: perspectivas e desafios para a ação docente. *Revista Síntese*. Disponível em: https://aeda.edu.br/wp-content/uploads/2016/08/REVISTA-SINTESE_04.pdf
- Siena, O., Braga, A. A., Oliveira, C. M. de, & Carvalho, E. M. de. (2024). *Metodologia da Pesquisa Científica e Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. Editora Poisson.
- SILVA, L. R., & Neves, J. S. (s.d.). Da página ao(s) ecrã(s): tecnologia, educação e cidadania digital no século XXI. *Educação & Formação*, 4(2). Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/4917>